

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que eles pensam

Nos bastidores da festa da nova ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Daniela Teixeira, o resumo da decisão do Senado sobre a limitação das decisões monocráticas do STF era de que a Suprema Corte tinha sido “atacada mais uma vez”. Primeiramente, em 2019, foi verbalmente. Depois, fisicamente, com o quebra-quebra de 8 de janeiro. Agora, foi ferida legalmente.

Exagero?

Alguns podem até considerar as reações do STF extremadas. Mas a avaliação interna é de que se os ministros não reclamarem agora, em alto e bom som, como fizeram na sessão de ontem, outras PECs virão.

Irritou geral

A decisão da Agência Nacional do Petróleo (ANP) sobre a importação de biodiesel vai abrir uma guerra com a Ubrabio, a União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene. O entendimento do setor é que vem por aí uma competição predatória por parte dos players internacionais “fortemente subsidiados” — conforme lembrou a nota dos produtores.

Ricardo ganha uma

A saída do presidente da Enel, Nicola Cotugno, do cargo é lida como uma vitória pessoal do prefeito paulistano, Ricardo Nunes. Desde o início da crise energética em São Paulo, em decorrência das chuvas, ele teve inúmeras discussões com Cotugno, até o pedido de cancelamento da concessão — e para segurá-la, a empresa italiana afastou Cotugno. Nunes já avisou que não adianta trocar o presidente e continuar prestando um serviço ruim.

Planalto quer ser o árbitro

Quando alguns líderes foram ao Palácio do Planalto perguntar como o governo deveria e comportar na votação da proposta de emenda constitucional (PEC) que limita as decisões monocráticas de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), a ordem foi: “Vamos ficar fora dessa”. O Poder Executivo quer exercer o papel de algodão entre os “cristais” Legislativo e Judiciário.

Veja bem: a avaliação de alguns no Planalto é de que, no momento em que o governo ajudar a buscar harmonia, no sentido de equilibrar a relação

entre os Poderes, será um ganha-ganha para o Executivo nos dois terrenos. No Judiciário, onde certamente vão parar muitas das decisões de sua política de governo. E no Legislativo, instituição que Lula e seus ministros precisam para fazer valer suas propostas.

Falta combinar com os dois. No Legislativo, a posição do governo nessa briga não conta muito. E, no caso do Judiciário, o voto de Jaques Wagner (PT-BA) em favor da PEC deixou os ministros mais irritados do que interessados em conversar. Agora, é esperar baixar a poeira.



CURTIDAS

Pedro França/Agência Senado



Vinho de açaí/ Desde que deixou a política, o ex-senador e ex-governador do Amapá João Capiberibe (foto) tem se dedicado à pesquisa e produção de bebida fermentada de açaí. Começou a produção num sítio que ele e mulher, Janete, ex-deputada, têm numa área protegida. Hoje, produz 2,5 mil garrafas por mês do “Wine-Flor da Samaúma”.

Sim e aprovado/ A bebida passou pelo crivo da Embrapa, num relatório de 39 páginas, que a comparou ao vinho da uva Touriga. Outros apreciadores compararam ao Tempranillo espanhol ou ao Tanat, do Uruguai.

Tipo exportação/ O embaixador da Áustria no Brasil, Stefan Scholz, esteve no Amapá e provou o vinho de açaí, que carrega a marca da Amazônia. Gostou tanto que já sugeriu ao Itamaraty incluir a bebida nos jantares oficiais que o governo oferece a autoridades estrangeiras. O embaixador deu, ainda, a ideia de colocar esse produto no cardápio da COP30, em Belém.

Melhor que a política/ Capi, como é conhecido, está empolgadíssimo. “Aqui, no Amapá, demoram a chegar os vinhos. Por isso, comecei a testar a fermentação de açaí. Temos que trabalhar pela bioeconomia, e descobri que produzir vinho é melhor do que fazer política”, contou à coluna.

DIPLOMACIA

Olhar para os pobres no G20

Ao dar as premissas da atuação brasileira no comando do grupo, a partir de 1º de dezembro, Lula pede ênfase contra a desigualdade

» VICTOR CORREIA
» ROSANA HESSEL

O Brasil assume, em 1º de dezembro, a presidência do G20 — grupo que reúne as 20 maiores economias mundiais — e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou claro que o combate às desigualdades e às mudanças climáticas serão a prioridade da gestão brasileira. Além disso, o país propôs a reforma da governança das instituições financeiras multilaterais. Ele defende que é preciso reduzir as dívidas externas dos países em desenvolvimento, sobretudo os africanos.

“Muitas vezes as instituições emprestam dinheiro não com o objetivo de salvar o país que está tomando dinheiro emprestado”, salientou o presidente, lembrando a situação econômica da Argentina.

Lula enfatizou que as principais linhas de ação brasileiras serão comandadas pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira. “Queria lembrar que, possivelmente, esse seja o mais importante evento internacional que o Brasil vai assumir a responsabilidade de coordenar. São as 20 maiores economias do mundo”, disse aos ministros.

Também participaram da reunião os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Segundo Lula, serão criadas duas forças-tarefa, sendo uma contra as desigualdades e outra voltada para as mudanças climáticas, além de uma iniciativa pela bioeconomia. Para o presidente, não há explicação para ainda

haver pessoas passando fome, com “tanto dinheiro atravessando os Atlânticos”. Destacou, também, que o uso de energia verde é a oportunidade para que o Brasil se destaque e atraia investimentos estrangeiros.

Haddad, por sua vez, disse que é preciso reaproximar os países e criar uma “nova globalização”, que leve em conta aspectos sociais e sustentáveis. Ele defende criar um ambiente financeiro mais justo, que reduza desigualdades.

Encruzilhada

“De um ponto de vista econômico, o mundo está em uma encruzilhada. Ou continuamos caminhando para uma crescente fragmentação, com a formação de blocos protecionistas e consequências imprevisíveis para a estabilidade geopolítica, ou inventamos uma nova globalização. Dessa vez, colocando questões socioambientais no centro de nossas preocupações”, frisou.

“Será uma ocasião ímpar para projetar uma imagem renovada do Brasil e apresentar a visão de liderança em termos de cooperação internacional e no debate das grandes questões econômicas e sociais. Será, portanto, uma das principais prioridades da política externa nos próximos 12 meses”, explicou o chanceler Mauro Vieira.

Na pauta do Ministério da Fazenda, um dos objetivos da gestão brasileira será trazer o tema da inclusão para a agenda. Foi o que assegurou a coordenadora da Trilha de Finanças e chefe da Secretaria de Assuntos Internacionais da pasta, Tatiana Rosito. A outra trilha do G20, a de Sherpas — que ficará a cargo do Ministério

Ricardo Stuckert / PR



Quería lembrar que, possivelmente, esse seja o mais importante evento internacional que o Brasil vai assumir a responsabilidade de coordenar. São as 20 maiores economias”

Presidente Lula sobre o comando do G20

das Relações Exteriores —, terá a coordenação do embaixador Maurício Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE.

Em conversa com jornalistas, na quarta-feira, os dois diplomatas ressaltaram que, nesses canais, serão negociadas as declarações e os atos a serem adotados pelos líderes na cúpula do G20, que será no Rio de Janeiro, entre 18 e 19 de novembro de 2024. Ao longo do mandato de um ano, estão previstas mais de 100 reuniões dos grupos de trabalho e forças-tarefa que compõem a cúpula do grupo.

O Brasil ainda vai apresentar, durante a presidência do colegiado, o G20 Social, espaço de participação e contribuição da sociedade civil nas discussões e formulações de políticas relacionadas à Cúpula. A iniciativa abrangerá 12 grupos de engajamento, além de propostas e eventos realizados em coordenação entre as trilhas política e financeira, e atores não governamentais dos diferentes países do G20.

O ponto alto será a Cúpula Social, que ocorrerá entre 15 e 17 de novembro de 2024, no Rio, antes da cúpula de líderes do bloco.

Cautela com posse de Milei

» VINICIUS DORIA

A cerimônia de posse de Javier Milei, em 10 de dezembro, é tratada com discrição pelo Ministério das Relações Exteriores, responsável pela organização da delegação que representará o governo brasileiro. A cautela se explica por causa da postura do presidente argentino eleito em relação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a expectativa de que a posse de Milei seja explorada pela extrema direita brasileira como propaganda.

A embaixada do Brasil em Buenos Aires concluiu as negociações com representantes de Milei para fechar a lista de convites oficiais. Apesar das declarações pouco amistosas do presidente eleito em relação ao Brasil e à China, Lula será convidado formalmente. E, se for, terá lugar de destaque entre os chefes de Estado e de governo.

Nos últimos dias, Milei vem recalibrando o discurso em relação ao Brasil. Disse, em entrevista a uma TV argentina, que Lula “será bem-vindo” caso decida ir à posse. A expectativa é de que o Brasil seja representado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin.

O Itamaraty trabalha, ainda, para manter distância entre a delegação oficial e os políticos da oposição que estão sendo arregimentados por Jair Bolsonaro para ir à posse de Milei. Mas o ex-presidente não tem como incluir sua delegação nos eventos oficiais na Casa Rosada (sede do governo argentino) e no Parlamento — a distribuição de convites segue os trâmites da diplomacia e dos Poderes envolvidos.